

**3ª CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo no AI 0324540-7 (Nº 0000127-02.2014.8.17.0000)

Comarca: Olinda – 1ª Vara Cível

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Adalgisa Rodrigues Esteves

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**ACÓRDÃO**

**RECURSO DE AGRAVO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO.  
SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.  
SÚMULA 94 DO TJPE. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. O deslocamento, para Justiça Federal, de processos que versam sobre seguro habitacional vinculado ao SFH se justifica somente quando houver requerimento da CEF, demonstrando o seu interesse jurídico em intervir como assistente através da comprovação da existência de apólice pública, bem como do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do FESA. Entendimento consolidado no julgamento dos recursos repetitivos EDeCI nos EDeCI no RESP nº 1.091.393/SC e RESP nº 1.091.363/SC. Competência da Justiça Estadual para conhecer e julgar o presente caso. Súmula 94/TJPE.
2. Não se encontram nos autos elementos probatórios que justifiquem o ingresso da CEF ou da União na lide, nem mesmo na condição de assistentes, motivo pelo qual é incabível a remessa dos autos à Justiça Federal.
3. Recurso de agravo **NÃO PROVIDO**.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo no AI nº 0324540-7 em que figura como Agravante **SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS** e como Agravado **ADALGISA RODRIGUES ESTEVES**, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Recife, 28-11-2014

  
Des. Bartolomeu Bueno  
Relator



28

**3ª CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo no AI 0324540-7 (Nº 0000127-02.2014.8.17.0000)

Comarca: Olinda – 1ª Vara Cível

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Adalgisa Rodrigues Esteves

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa (fls. 171/174) que negou seguimento ao Agravo de Instrumento manejado pela Sul América Companhia Nacional de Seguros contra decisão interlocutória proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Olinda, em sede de ação de indenização securitária.

A decisão terminativa negou seguimento ao Agravo de Instrumento em apreço, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, em virtude de sua manifesta improcedência. Na decisão vergastada, esta relatoria reconheceu a competência da Justiça Estadual para apreciar o presente feito, bem como julgou improcedentes os pedidos de revogação da tutela antecipada, de redução do valor da multa cominatória e de limitação temporal da incidência desta.

Nas razões do Recurso de Agravo, a seguradora se limita a reiterar a sua irresignação acerca da competência da Justiça Estadual para apreciação e julgamento do presente feito.

Independendo o feito de pauta, e não reconsiderando a decisão recorrida, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o breve relatório.

Recife, 28-1-2014

Des. Bartolomeu Bueno

Relator

**3ª CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo no AI 0324540-7 (Nº 0000127-02.2014.8.17.0000)

Comarca: Olinda – 1ª Vara Cível

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Adalgisa Rodrigues Esteves

Relator: Des. Bartolomeu Bueno

**VOTO**

A seguradora repisa o seu entendimento, já exposto no Agravo de Instrumento, de que a competência para julgar a presente ação é da Justiça Federal, em razão do interesse da União e da CEF, esta última administradora do FCVS.

Todavia tal pleito da Agravante não merece acolhido, pelas razões já consignadas na decisão terminativa, cujo trecho transcrevo:

O ponto nodal das razões recursais questiona qual o ramo da Justiça comum seria competente para apreciar e julgar as ações pertinentes aos contratos de seguro celebrados no âmbito do SFH.

Tal matéria está sendo objeto de análise pelo Superior Tribunal de Justiça, através da sistemática dos recursos repetitivos, consagrada no art. 543-C do Código de Processo Civil, no âmbito dos nos EDcl dos Edcl no REsp nº 1.091.393/SC e nº 1.091.363/SC.

Compulsando o estágio atual da tramitação do paradigma, verifica-se que os Edcl dos Edcl no Resp nº 1.091.393/SC já foram julgados sendo o voto vencedor o proferido pela Min. Nancy Andrighi, responsável pela lavra do acórdão, cujo teor merece transcrição:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SFH. SEGURO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. INTERESSE. INTERVENÇÃO. LIMITES E CONDIÇÕES. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.

1. Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, a Caixa Econômica Federal – CEF – detém interesse para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02.12.1988 a 29.12.2009 – período compreendido entre as edições da Lei nº 7.682/88 e da MP nº 478/09 - e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (apólices Públicas, ramo 66).

2. Ainda que compreendido no mencionado lapso temporal, ausente a vinculação do contrato ao FCVS (apólices privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide.

3. O ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de esgotamento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice – FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior.

4. Evidenciada desídia ou conveniência na demonstração tardia do seu interesse jurídico de intervir na lide como assistente, não poderá a CEF se beneficiar da faculdade prevista no art. 55, I, do CPC.

5. Na hipótese específica dos autos, tendo o Tribunal Estadual concluído pela ausência de vinculação dos contratos de seguro ao FCVS, inexistente interesse jurídico da CEF para integrar a lide.

6. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, com efeitos infringentes.

(EDecl nos EDecl no REsp nº 1.091.393, Relator: Ministra Nancy Andrighi. 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Julgado em 10/10/2012).

Apesar de a aludida decisão ainda não estar encoberta do manto da coisa julgada, nada impede que a tese ali consagrada seja, desde já, aplicada, conforme entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça, nos seguintes precedentes: AgRg no AREsp 175188/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22/08/2012; AgRg no AREsp 138.817/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12.6.2012

Neste recente acórdão do recurso paradigmático, restou definido que a intervenção da Caixa Econômica Federal apenas poderá ser realizada na qualidade de assistente, nos termos do art. 50 do CPC, e não como litisconsorte necessária, já que no âmbito do seguro habitacional, inexistente relação jurídica entre a CEF e o mutuário. Ademais o pedido de intervenção apenas pode ser requerido quando o contrato de seguro habitacional tiver sido celebrado entre 02.12.1988 e 29.12.2009, interregno em que houve comercialização de apólices públicas com garantia pelo FCVS.

Dessa forma, para que se justifique o deslocamento para a Justiça Federal das ações que versam sobre seguro habitacional no âmbito do SFH, é indispensável que, além do requerimento expresso da CEF para intervir como assistente, a apólice securitária seja de natureza pública e exista, nos autos do processo, prova do comprometimento do FCVS (Fundo de Compensação e Variação Salarial), com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do FESA (Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice).

Com base nos documentos que instruem este agravo, verifica-se que, até o presente momento processual, não houve requerimento da Caixa Econômica Federal para ingressar no feito na qualidade de assistente simples, mediante a demonstração do seu interesse jurídico, fato que, por si só, já obsta a análise dos demais requisitos autorizadores da remessa dos autos à Justiça Federal.

Portanto, em razão dessas considerações, a Justiça Estadual é competente para processar e julgar a presente ação.

Portanto, não se encontram nos autos elementos probatórios que justifiquem o ingresso da CEF ou da União na lide, nem mesmo na condição de assistentes, motivo pelo qual é incabível a remessa dos autos à Justiça Federal. Ademais, é assente na Jurisprudência desta Corte que a Justiça Estadual é a competente para julgar as ações envolvendo questões sobre seguro habitacional celebrado no âmbito do SFH, havendo, inclusive, a Súmula nº 94 sobre o tema.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao presente recurso de Agravo, mantendo a decisão terminativa pelos seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife,

28-1-2014

Des. Bartolomeu Bueno  
Relator